

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	68
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.201.730
Preferenciais	11.147.908
Total	17.349.638
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	318.501	302.555
1.01	Ativo Circulante	68.820	76.890
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.428	52.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.700	17.795
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.700	17.795
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	17.700	17.795
1.01.03	Contas a Receber	5.163	0
1.01.03.01	Clientes	5.163	0
1.01.04	Estoques	3.297	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.121	1.367
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111	4.750
1.01.08.03	Outros	111	4.750
1.02	Ativo Não Circulante	249.681	225.665
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.390	5.600
1.02.01.03	Contas a Receber	6	6
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6	6
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.168	5.594
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.168	5.594
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	21	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.195	0
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.195	0
1.02.02	Investimentos	237.243	220.065
1.02.02.01	Participações Societárias	237.243	220.065
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	237.243	220.065
1.02.03	Imobilizado	5.048	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	318.501	302.555
2.01	Passivo Circulante	36.512	20.703
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	958	41
2.01.01.01	Obrigações Sociais	958	41
2.01.01.01.01	Salários e Encargos sociais	958	41
2.01.02	Fornecedores	781	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	781	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	517	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	517	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	517	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.543	15.519
2.01.04.02	Debêntures	15.543	15.519
2.01.05	Outras Obrigações	18.713	5.143
2.01.05.02	Outros	18.713	5.143
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	49	5.143
2.01.05.02.04	Outros Passivos	18.664	0
2.02	Passivo Não Circulante	50.105	54.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	46.667	54.444
2.02.01.02	Debêntures	46.667	54.444
2.02.02	Outras Obrigações	3.178	285
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.178	285
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.178	285
2.02.04	Provisões	260	260
2.02.04.02	Outras Provisões	260	260
2.02.04.02.04	Provisões para riscos e discussões judiciais	260	260
2.03	Patrimônio Líquido	231.884	226.863
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.606	32.283
2.03.03.01	Resultados Abrangentes	31.606	32.283
2.03.04	Reservas de Lucros	23.013	23.307
2.03.04.01	Reserva Legal	6.462	6.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	16.551	16.845
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.992	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.751	6.751	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.984	-4.984	0	0
3.03	Resultado Bruto	1.767	1.767	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.290	5.444	732	2.770
3.04.01	Despesas com Vendas	-711	-711	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-953	-1.350	-533	-904
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19	-19	-2	-7
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.973	7.524	1.267	3.681
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.057	7.211	732	2.770
3.06	Resultado Financeiro	-1.308	-2.469	414	1.637
3.06.01	Receitas Financeiras	2.728	3.870	1.287	2.534
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.036	-6.339	-873	-897
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.174	-4.749	-873	-897
3.06.02.02	Variação Cambial - fundo exclusivo	-862	-1.590	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.749	4.742	1.146	4.407
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1	573	0	-476
3.08.01	Corrente	-1	-1	0	-390
3.08.02	Diferido	0	574	0	-86
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.748	5.315	1.146	3.931
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.748	5.315	1.146	3.931

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.417	-271
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.679	840
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.315	3.931
6.01.01.02	IR e CS Diferidos	-574	86
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	104	0
6.01.01.04	IR e CS que não afetaram caixa	0	504
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	-7.524	-3.681
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.096	-1.111
6.01.02.01	Fornecedores	781	16
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-753	-534
6.01.02.03	Títulos e Valorea Mobiliários	95	0
6.01.02.04	Outros	19.433	-593
6.01.02.05	Duplicatas a receber	-5.163	0
6.01.02.06	Estoques	-3.297	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.341	-60.582
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas	-9.189	-60.582
6.02.02	Acervo líquido cisão Mangels Ind. Com. Ltda.	-5.152	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.626	65.392
6.03.01	Outros Direitos e Obrigações de LP	6.516	-43
6.03.02	Juros pagos por empréstimos e financiamentos	-7.754	0
6.03.03	Pagamento de Dividendos	-5.094	-4.235
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos tomados	0	69.940
6.03.05	Dividendos adicionais propostos 2010	-294	-270
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.550	4.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.978	70.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.428	75.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-294	0	0	-294
5.04.08	Aprovação de Dividendo adicional	0	0	-294	0	0	-294
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.315	0	5.315
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.315	0	5.315
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	677	-677	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	677	-677	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	23.013	5.992	31.606	231.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730
5.04	Transações de Capital com os Sócios	81.914	0	-82.184	0	0	-270
5.04.01	Aumentos de Capital	81.914	0	-81.914	0	0	0
5.04.08	Aprovação de Dividendo Adicional	0	0	-270	0	0	-270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.931	0	3.931
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.931	0	3.931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	815	-815	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	815	-815	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	5.386	4.746	32.986	214.391

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	8.636	-7
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.670	0
7.01.02	Outras Receitas	-19	-7
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.268	-372
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.976	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.292	-372
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.368	-379
7.04	Retenções	104	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	104	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.472	-379
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.394	6.215
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.524	3.681
7.06.02	Receitas Financeiras	3.870	2.534
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.866	5.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.866	5.836
7.08.01	Pessoal	1.866	530
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.866	530
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.346	478
7.08.02.01	Federais	1.346	478
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.339	897
7.08.03.01	Juros	6.339	897
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.315	3.931
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.315	3.931

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	858.067	856.811
1.01	Ativo Circulante	489.578	490.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	143.047	123.451
1.01.02	Aplicações Financeiras	128.793	97.035
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	128.793	97.035
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	128.793	97.035
1.01.03	Contas a Receber	60.943	97.692
1.01.03.01	Clientes	60.943	97.692
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	60.943	97.692
1.01.04	Estoques	102.863	107.698
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.442	47.484
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.442	47.484
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.490	17.100
1.02	Ativo Não Circulante	368.489	366.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.782	31.020
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.397	13.445
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	89	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	89	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.296	17.575
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.268	8.905
1.02.01.09.04	Tributos Recuperar	6.766	6.752
1.02.01.09.05	Outros ativos	2.262	1.918
1.02.02	Investimentos	3	0
1.02.02.01	Participações Societárias	3	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3	0
1.02.03	Imobilizado	320.045	315.647
1.02.04	Intangível	18.659	19.684
1.02.04.01	Intangíveis	5.061	6.086
1.02.04.01.02	Softwre	528	591
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Sistemas	3.250	3.963
1.02.04.01.04	Outras	137	153
1.02.04.01.05	Diferido	1.146	1.379
1.02.04.02	Goodwill	13.598	13.598

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	858.067	856.811
2.01	Passivo Circulante	260.072	225.469
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.986	20.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.986	20.474
2.01.02	Fornecedores	66.716	31.251
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.392	30.989
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.324	262
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.376	140.137
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	135.833	124.618
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.429	78.506
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	99.404	46.112
2.01.04.02	Debêntures	15.543	15.519
2.01.05	Outras Obrigações	20.994	33.607
2.01.05.02	Outros	20.994	33.607
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	50	5.143
2.01.05.02.04	Tributos a Recolher	9.571	12.079
2.01.05.02.05	Tributos Parcelados	5.537	4.959
2.01.05.02.06	Outros Passivos	5.836	11.426
2.02	Passivo Não Circulante	366.111	404.479
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	340.210	375.734
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	293.543	321.290
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	96.301	106.900
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	197.242	214.390
2.02.01.02	Debêntures	46.667	54.444
2.02.02	Outras Obrigações	4.140	6.102
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	12
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	12
2.02.02.02	Outros	4.140	6.090
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	4.140	6.090
2.02.03	Tributos Diferidos	16.554	16.902
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.554	16.902
2.02.04	Provisões	5.207	5.741
2.02.04.02	Outras Provisões	5.207	5.741
2.02.04.02.04	Provisão para Riscos e discussões Judiciais	5.207	5.741
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	231.884	226.863
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.04	Reservas de Lucros	23.013	23.307
2.03.04.01	Reserva Legal	6.462	6.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	16.551	16.845
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.992	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.606	32.283

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.612	373.305	204.824	374.820
3.01.01	Receita Líquida	190.612	373.305	204.824	374.820
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-169.262	-329.970	-168.388	-315.138
3.03	Resultado Bruto	21.350	43.335	36.436	59.682
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.230	-34.083	-23.069	-32.739
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.935	-16.046	-10.427	-16.932
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.869	-23.316	-13.352	-25.966
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.574	5.279	710	10.159
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.120	9.252	13.367	26.943
3.06	Resultado Financeiro	847	34	-11.180	-19.740
3.06.01	Receitas Financeiras	48.290	64.533	3.481	24.508
3.06.01.01	Receitas Financeiras	11.884	14.073	3.481	7.844
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	36.406	50.460	0	16.664
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.443	-64.499	-14.661	-44.248
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-18.844	-26.604	-7.968	-16.496
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-24.439	-31.018	-6.432	-27.078
3.06.02.03	Variação cambial - fundo exclusivo	-4.160	-6.877	-261	-674
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.967	9.286	2.187	7.203
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.219	-3.971	-1.040	-3.272
3.08.01	Corrente	-1.793	-3.227	-1.764	-3.596
3.08.02	Diferido	-426	-744	724	324
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.748	5.315	1.147	3.931
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.748	5.315	1.147	3.931
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.339	1.899	410	1.404
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.409	3.416	737	2.527

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.709	5.273
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.773	39.648
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.315	3.931
6.01.01.02	IR e CS Diferido	744	-324
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	12.084	10.496
6.01.01.04	Valor residual do permanente baixado	3.964	3.273
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-534	1.766
6.01.01.06	Prov. juros empréstimos e financiamentos	17.206	8.794
6.01.01.07	Var. camb. empréstimos e financiamentos	-20.006	10.847
6.01.01.08	IR e CS que não afetam o caixa	0	865
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	48.936	-34.375
6.01.02.01	Fornecedores	35.465	14.064
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	9.042	-10.466
6.01.02.03	Títulos e Valores mobiliários	-31.758	4.902
6.01.02.04	Duplicatas a receber	36.749	12.954
6.01.02.05	Estoques	4.834	-42.716
6.01.02.06	Outros	-5.396	-13.113
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.421	-45.768
6.02.01	Diferido Intangível	0	-2.844
6.02.03	Compras de Imobilizado	-19.421	-27.466
6.02.04	Ágio na aquisição de investimento	0	-15.458
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.514	75.888
6.03.01	Pagamentos de Dividendos	-5.093	-4.235
6.03.02	Outros direitos e obrigações tomados	-2.411	-1.886
6.03.03	Empréstimos e financiamentos	68.622	139.234
6.03.04	Pgto de empréstimos e financiamentos	-81.842	-50.050
6.03.05	Juros de empréstmos e financiamentos	-7.133	-3.930
6.03.06	Depósitos Judiciais	637	-2.975
6.03.07	Dividendos adicionais propostos	-294	-270
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.178	-1.079
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.596	34.314
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.451	207.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	143.047	241.593

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-294	0	0	-294	0	-294
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-294	0	0	-294	0	-294
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.315	0	5.315	0	5.315
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.315	0	5.315	0	5.315
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	677	-677	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	677	-677	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	23.013	5.992	31.606	231.884	0	231.884

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730	0	210.730
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730	0	210.730
5.04	Transações de Capital com os Sócios	81.914	0	-82.184	0	0	-270	0	-270
5.04.01	Aumentos de Capital	81.914	0	-81.914	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-270	0	0	-270	0	-270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.931	0	3.931	0	3.931
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.931	0	3.931	0	3.931
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	815	-815	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	815	-815	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	5.386	4.746	32.986	214.391	0	214.391

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	490.588	493.102
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	485.502	483.056
7.01.02	Outras Receitas	5.279	10.160
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-193	-114
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-282.886	-282.803
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-210.953	-206.862
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71.933	-75.941
7.03	Valor Adicionado Bruto	207.702	210.299
7.04	Retenções	-12.084	-10.496
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.084	-10.496
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	195.618	199.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.515	-3.245
7.06.02	Receitas Financeiras	33.515	-3.245
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	229.133	196.558
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	229.133	196.558
7.08.01	Pessoal	74.169	64.622
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	116.168	111.509
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.481	16.496
7.08.03.01	Juros	33.481	16.496
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.315	3.931
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.315	3.931

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º TRIMESTRE DE 2011

Senhores Acionistas:

CENÁRIO ECONÔMICO

Neste segundo trimestre, a atividade econômica brasileira mostrou acomodação, quando comparada ao nível de 2010. Nota-se, também, mudança da percepção sobre a recuperação mundial, especialmente em alguns países de economias mais desenvolvidas, onde a recuperação do dinamismo econômico tem sido mais difícil.

No setor automotivo, principal segmento de atuação da Empresa, verificou-se diminuição na produção industrial brasileira, desencadeada especialmente pela entrada de carros importados e também em decorrência do evento trágico ocorrido no Japão em março deste ano. Importantes cadeias produtivas foram interrompidas, inclusive nas indústrias automotivas japonesas instaladas em nosso país.

No 1º semestre deste ano, foram vendidos 388.264 veículos importados versus 281.373 no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 38%. Enquanto foi registrado crescimento de apenas 2,9% de venda de veículos de fabricação nacional para o mesmo período, segundo dados da ANFAVEA.

As perspectivas favoráveis quanto ao desempenho da economia brasileira continuam atraindo capital externo, causando apreciação cambial. A cotação em 30 de junho de 2011 fora de R\$ 1, 5611 frente à cotação de R\$ 1, 6287 por dólar em 31 de março de 2011.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO CONSOLIDADO****Demonstração do Resultado**

R\$ Milhões	1T10	2T10	1º Sem 2010	1T11	2T11	1º Sem 2011
Receita Bruta	219,9	263,2	483,1	235,4	250,1	485,5
Receita Líquida	170,0	204,8	374,8	182,7	190,6	373,3
<i>Mercado Interno</i>	162,8	193,1	355,9	175,9	177,6	353,5
<i>Mercado Externo</i>	7,2	11,7	18,9	6,8	13,0	19,8
CPV	(146,7)	(168,4)	(315,1)	(160,7)	(169,3)	(330,0)
Lucro Bruto	23,3	36,4	59,7	22,0	21,3	43,3
<i>Margem Bruta</i>	13,7%	17,8%	15,9%	12,0%	11,2%	11,6%
Despesas Operacionais	(19,1)	(23,8)	(42,9)	(18,6)	(20,8)	(39,4)
Outras (despesas) Receitas Operacionais	9,4	0,8	10,2	0,7	4,6	5,3
Lucro Operacional	13,6	13,4	27,0	4,1	5,2	9,3
Resultado Financeiro	(8,6)	(11,2)	(19,8)	(0,8)	0,8	0,0
Receita Financeira	4,4	3,4	7,8	6,6	7,4	14,0
Despesa Financeira	(7,9)	(8,6)	(16,5)	(12,2)	(14,4)	(26,6)
Variação cambial líquida	(5,1)	(6,0)	(11,1)	4,8	7,8	12,6
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5,0	2,2	7,2	3,3	6,0	9,3
Imposto de renda e contribuição social	(2,2)	(1,1)	(3,3)	(1,7)	(2,3)	(4,0)
Lucro Líquido	2,8	1,1	3,9	1,6	3,7	5,3

A Receita Líquida do 2º trimestre de 2011 foi de R\$ 190,6 milhões, 6,9% menor que os R\$ 204,8 milhões do mesmo período de 2010. No acumulado de seis meses, a receita líquida foi de R\$ 373,3, não apresentando variações percentuais significativas quando comparada ao 1º semestre de 2010.

Esta queda na Receita Líquida deve-se ao menor volume nas vendas, decorrente da concorrência acirrada de preços no segmento de aços, crescimento na venda de carros importados em detrimento aos veículos nacionais e reflexos do evento trágico ocorrido no Japão, em março deste ano.

O custo dos produtos vendidos no 2º trimestre de 2011 totalizou R\$ 169,3 milhões, o que representou 88,8% da receita líquida, enquanto no 2º trimestre de 2010, o custo representou 82,2%, um aumento de 6.6 p.p.

As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram no trimestre R\$ 20,8 milhões 12,6% menores que os R\$ 23,8 milhões do mesmo período do ano anterior, mostrando o empenho da Empresa na prática de programas de melhoria contínua, buscando maior competitividade.

O Lucro Operacional obtido neste trimestre foi de R\$ 5,2 milhões, 61,2% inferior aos R\$ 13,4 milhões obtidos no mesmo período do ano anterior. No acumulado de seis meses o lucro operacional foi de R\$ 9,3 milhões, portanto, 65,6% inferior aos R\$ 27 milhões obtidos no mesmo período de 2010.

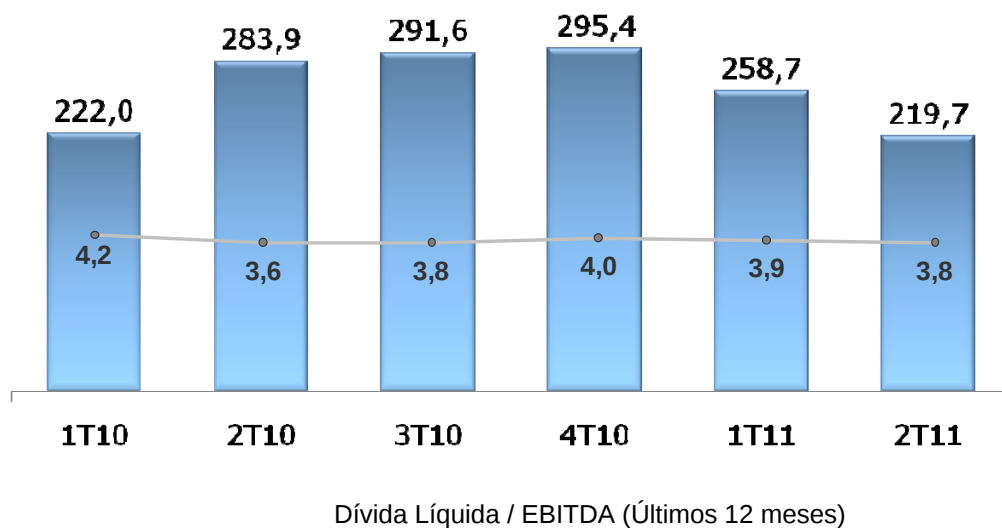
Comentário do Desempenho

Vale lembrar que o lucro operacional do 1º trimestre de 2010 estava influenciado pelo reconhecimento de receita de Crédito-prêmio de IPI no valor de R\$ 10,2 milhões.

Neste trimestre, a despesa financeira total foi impactada positivamente pelo reconhecimento de variação cambial de R\$ 7,8 milhões, decorrente da valorização do real frente ao dólar, desta forma, a despesa financeira total somou R\$ 0,8 mil.

Assim, o Lucro Líquido do trimestre atingiu o montante de R\$ 3,7 milhões, frente aos R\$ 1,1 milhões do mesmo trimestre de 2010.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO



O endividamento líquido da Empresa neste trimestre apresentou uma queda de R\$ 39,0 milhões, ou 15,1% em relação ao 1º trimestre de 2011.

Esta redução do endividamento líquido é devida ao melhor gerenciamento do capital de giro e a valorização do real frente ao dólar, o que impactou os empréstimos atrelados a moeda norte americana.

Comentário do Desempenho

<i>R\$ Milhões</i>	4T10	1T11	2T11
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	140,1	138,7	151,4
Longo Prazo	375,7	402,1	340,2
	515,8	540,8	491,6
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	123,4	178,6	143,1
Títulos e valores imobiliários	97,0	103,5	128,8
	220,4	282,1	271,9
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	295,4	258,7	219,7

INVESTIMENTOS

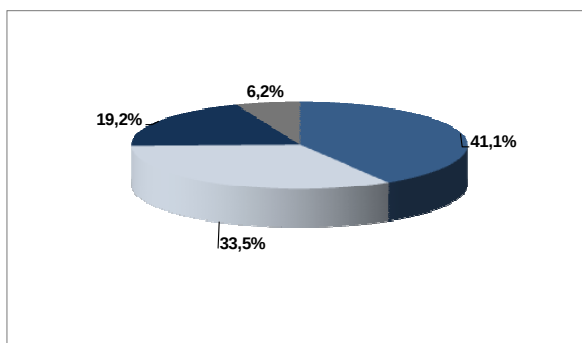
Os investimentos neste trimestre foram de R\$ 11,2 milhões e, no acumulado de seis meses, os investimentos totais atingiram R\$ 19,4 milhões, uma redução de 57,6% aos R\$ 45,8 milhões investidos no 1º semestre de 2010.

Vale lembrar que no primeiro trimestre de 2010, a Empresa investiu R\$ 16,2 milhões na aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda. ("Superfície") e E.Koga & Cia. Ltda. ("E.Koga"), que atuam respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

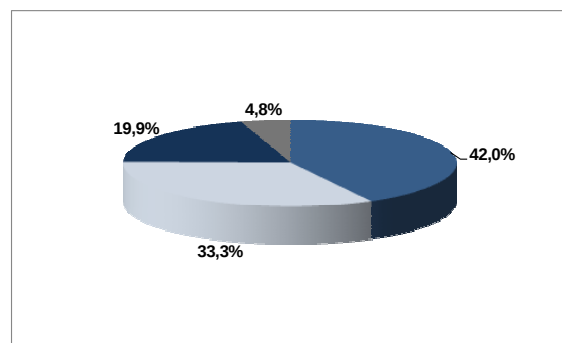
DESEMPENHO DAS DIVISÕES

PARTICIPAÇÕES DAS DIVISÕES NA RECEITA LÍQUIDA

**Acumulado até Junho
de 2010**



**Acumulado até Junho
de 2011**



Aços **Rodas** **Cilindros** **Galvanização**

Comentário do Desempenho

DIVISÃO AÇOS

<i>R\$ milhões</i>	1ºT10	2º T10	1º Sem 2010	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011
Receita Bruta	93,3	105,8	199,1	100,8	101,3	202,1
Receita Líquida	69,6	79,7	149,3	76,8	73,3	150,1
<i>Mercado Interno</i>	68,6	78,0	146,6	74,7	70,2	144,9
<i>Mercado Externo</i>	1,0	1,7	2,7	2,1	3,1	5,2
CPV	(61,4)	(67,2)	(128,6)	(68,5)	(69,3)	(137,8)
Lucro Bruto	8,2	12,5	20,7	8,3	4,0	12,3
<i>Margem Bruta</i>	11,9%	15,6%	13,9%	10,8%	5,5%	8,2%

A Divisão Aços, neste 2º trimestre de 2011, registrou 8,0% de queda em sua receita líquida, quando comparada ao mesmo período de 2010. E no acumulado de seis meses, a receita líquida manteve-se no mesmo patamar de 2010, alcançando R\$ 150,1 milhões.

O desempenho desta Divisão, no segundo semestre, ficou abaixo das expectativas, o que pode ser explicado principalmente pelos estoques de aços de cerca de 3,7 meses em toda cadeia produtiva. Além disso, muitos de nossos clientes que possuem matriz na Europa importaram o produto final, favorecidos pela valorização do real frente ao dólar norte americano. Esses fatos prejudicaram as nossas vendas neste trimestre.

Com isso, a margem bruta apurada no 2º trimestre de 2011, registrou queda de 10.2 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda pode ser explicada pelos preços médios de venda menores, em função da concorrência com produtos importados e pelo empobrecimento no mix de produtos vendidos.

DIVISÃO RODAS

<i>R\$ milhões</i>	1ºT10	2º T10	1º Sem 2010	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011
Receita Bruta	71,6	86,0	157,6	77,0	80,2	157,2
Receita Líquida	56,9	69,5	126,4	60,9	63,8	124,7
<i>Mercado Interno</i>	50,9	59,5	110,4	56,2	54,9	111,1
<i>Mercado Externo</i>	5,9	9,6	15,5	4,7	8,9	13,6
CPV	(50,1)	(58,0)	(108,1)	(54,3)	(55,4)	(109,7)
Lucro Bruto	6,8	11,5	18,3	6,6	8,4	15,0
<i>Margem Bruta</i>	12,0%	16,5%	14,5%	10,8%	13,1%	12,0%

Neste trimestre, a Divisão Rodas registrou queda na receita líquida de 8,2% em relação ao 2º trimestre de 2010. No semestre, a queda foi de 1,3%.

Importante fato ocorre no mercado de veículos leves no Brasil: 813 mil veículos foram vendidos neste segundo trimestre, o que representou 14,8% de crescimento

Comentário do Desempenho

em comparação com o mesmo período de 2010. No acumulado de seis meses, as vendas atingiram 1.638 mil veículos, 9,5% superior aos 1.496 mil veículos vendidos no mesmo período de 2010.

Entretanto, esse bom desempenho é decorrente das vendas de carros importados, que, no acumulado de seis meses, subiram 38% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse fato representou menos vendas para as indústrias automotivas instalada no país, o que refletiu diretamente em redução de vendas de rodas para esta Divisão.

Além disso, a paralisação, durante o 2º trimestre, das montadoras japonesas – importantes clientes para a nossa Divisão - também contribuiu para o desempenho inferior ao esperado.

Desta forma a margem bruta sofreu queda de 3.4 p.p neste trimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

DIVISÃO CILINDROS

<i>R\$ milhões</i>	1ºT10	2º T10	1º Sem 2010	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011
Receita Bruta	41,9	56,4	98,3	46,6	56,4	103,0
Receita Líquida	33,0	43,7	76,7	36,3	43,9	80,2
<i>Mercado Interno</i>	<i>32,7</i>	<i>44,2</i>	<i>76,9</i>	<i>36,3</i>	<i>43,0</i>	<i>79,3</i>
<i>Mercado Externo</i>	<i>0,3</i>	<i>0,4</i>	<i>0,7</i>	<i>-</i>	<i>0,9</i>	<i>0,9</i>
CPV	(27,4)	(34,8)	(62,2)	(31,3)	(37,2)	(68,5)
Lucro Bruto	5,6	8,9	14,5	5,0	6,7	11,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>17,0%</i>	<i>20,4%</i>	<i>18,9%</i>	<i>13,7%</i>	<i>15,5%</i>	<i>14,6%</i>

A Divisão Cilindros no 2º trimestre de 2011 alcançou o valor de R\$ 43,9 milhões em sua Receita Líquida, permanecendo no mesmo patamar do segundo trimestre de 2010.

A participação maior de vendas, neste trimestre, de produtos estampados em detrimento a venda de serviços de requalificação de botijões, em relação ao mesmo período de 2010, contribuiu para a queda de 5.2 pontos percentuais na margem bruta.

Comentário do Desempenho

UNIDADE GALVANIZAÇÃO

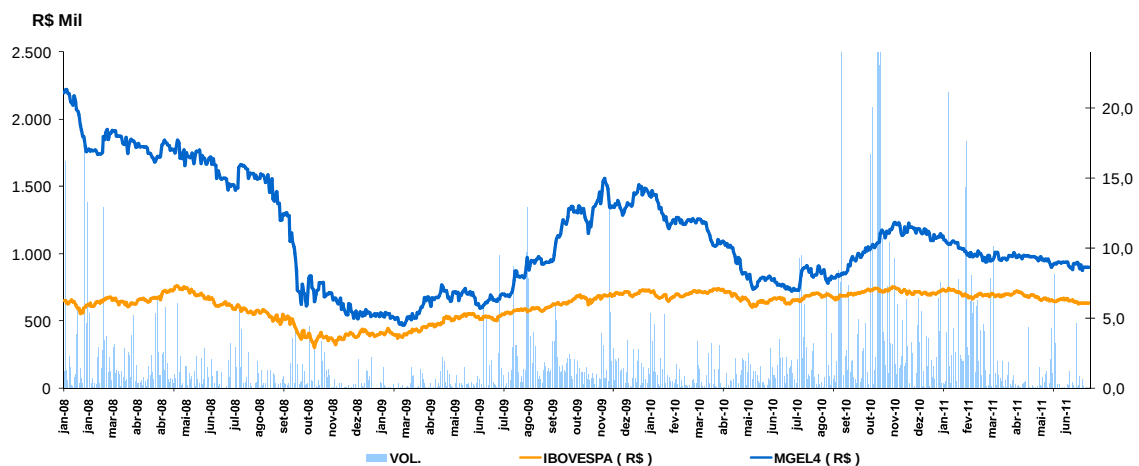
R\$ milhões	1ºT10	2º T10	1º Sem 2010	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011
Receita Bruta	13,2	14,9	28,1	11,0	12,2	23,2
Receita Líquida	10,5	11,9	22,4	8,7	9,6	18,3
<i>Mercado Interno</i>	<i>10,5</i>	<i>11,9</i>	<i>22,4</i>	<i>8,7</i>	<i>9,6</i>	<i>18,3</i>
CPV	(7,8)	(8,5)	(16,3)	(6,6)	(7,2)	(13,8)
Lucro Bruto	13,2	15,3	28,5	2,1	2,4	4,5
<i>Margem Bruta</i>	<i>25,7%</i>	<i>28,6%</i>	<i>27,2%</i>	<i>24,1%</i>	<i>25,0%</i>	<i>24,6%</i>

A Receita Líquida desta unidade foi 19,3% inferior ao apurado no mesmo trimestre de 2010. Os setores de construção civil, infra-estrutura, investimentos da Iniciativa Privada, e outros setores de atuação para esta Unidade, apresentaram desempenho inferior ao do mesmo período do ano anterior.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS

As ações preferenciais da Empresa (MGEL4) valorizaram 21,1% atingindo R\$ 8,60 em 30 de junho de 2011, frente aos R\$ 7,10 verificados na mesma data do ano anterior.

Período	Média Diária	
	Número de Negócios	Volume negociado R\$ mil
2004	7,2	195,9
2005	7,4	120,7
2006	6,7	57,8
2007	22,7	430,9
2008	14,5	147,0
2009	19,1	125,2
2010	22,6	270,4
2011 (até 30/06)	11,7	195,3



As cotações das ações anteriores a 2 de maio de 2008 foram ajustadas para refletir o efeito do desdobramento.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março, a Empresa e suas controladas informam que não contrataram da Ernst&YoungTerco Auditores Independentes S.S., auditores da empresa, outros serviços que não estivessem relacionados à auditoria.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos e preservam a independência desses auditores. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A desaceleração na economia mundial, o acirramento do ambiente competitivo no Brasil, a constante valorização cambial que favorece as importações e o desempenho abaixo das nossas expectativas, orientam-nos a buscar correções necessárias para atingir a lucratividade esperada para o ano.

As ações nesse sentido incluem ajuste de despesas, gerenciamento de custos, busca de novos mercados, repasses aos preços de vendas dos recentes aumentos de custos, entre outras. Essas ações deverão ocorrer gradativamente ao longo do segundo semestre deste ano.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Mangels agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela cooperação e confiança depositadas, e em especial aos seus colaboradores, pela dedicação e esforços demonstrados.

São Paulo, 12 de agosto de 2011.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Mangels Industrial S.A. (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Verbo Divino, 1488 – 6º andar – São Paulo – SP.

A Mangels Industrial S.A., através de suas investidas, participa em produtos de aço relaminados, peças de aço estampado, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP, produção e venda de rodas automotivas de alumínio, serviços de galvanização de artefatos de aço e fabricação e comercialização de defensas para estradas.

Em 31 de janeiro de 2011 a Companhia anunciou o Plano de Reorganização das Sociedades Controladas, com os objetivos principais de: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas.

O Projeto de Reorganização visa também a preparação da estrutura societária do grupo para que ocorra, oportunamente, e por etapas, a transferência progressiva das atividades operacionais da atual controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda para a própria Mangels Industrial S.A. Maiores detalhes sobre os efeitos apurados até 30 de junho de 2010, decorrentes das reorganizações já ocorridas estão demonstrados na Nota Explicativa 10.3.

As informações trimestrais foram autorizadas para conclusão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 08 de agosto de 2011.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (demonstração intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC e estão em conformidade com as normas

Notas Explicativas

internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, para as demonstrações separadas, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

2.1 Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2011, apresentadas abaixo:

		Participação no Capital Social - %			
		30.06.2011		31.12.2010	
	País-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	100,00	-	97,76	2,24
Mangels Galvanização Ltda.	Brasil	-	-	97,92	2,08
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-	-	100,00
Laminação Baukus Ltda.	Brasil	-	-	100,00	-
Maxitrade S.A.	Brasil	-	-	100,00	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	-	100,00	-	100,00
Recman Comercial e Administradora Ltda.	Brasil	-	-	-	100,00
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00	-	100,00
Mangels International S.A.	Uruguai	-	-	-	100,00
Superfície Ltda.	Brasil	-	100,00	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	100,00	-	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Mangels Industrial S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

Os efeitos decorrentes da reestruturação societária ocorrida durante os primeiros seis meses de 2011 estão demonstradas na Nota Explicativa 10.3.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Notas Explicativas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. As informações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Notas Explicativas

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos : A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e de serviços de galvanização são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva.

2.5 Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo a alíquota de 5% a 10%; ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 1,65%; iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 7,60%; iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não-cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo a alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social – correntes : A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos : Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação

Notas Explicativas

de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2.6 Subvenções governamentais

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o período de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

2.7 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora. O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições.

Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

2.8 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados em seu reconhecimento inicial pelos valores justos, no resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelos seus valores justos. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e resultados não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria i), e contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis e saldos com partes relacionadas classificados na categoria ii). A Companhia não identificou ativos financeiros classificáveis na categoria de “investimentos mantidos até o vencimento”.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Notas Explicativas

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(iii) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial pelo valor justo no resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e débitos com empresas ligadas, classificados na categoria ii), e ganhos ou perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria i).

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota Explicativa 4.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

As taxas de depreciação vigentes, por grupo de ativo imobilizado estão abaixo demonstradas:

	<u>Taxa média anual %</u>
Edifícios e benfeitorias	3
Equipamentos e Instalações	12,4
Veículos	20
Móveis e Utensílios	13,5

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no período em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômica futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Ágio com expectativa de rentabilidade futura
Vida Útil	Definida	Definida	Indefinida
Método de Amortização Utilizado	Linear	Linear	N/A

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Matérias primas: custo de aquisição apurado de acordo com o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando estes não apresentarem previsibilidade de uso ou venda nos próximos 100 dias.

Notas Explicativas

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito ao final de cada exercício ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.15 Provisões

Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos e discussões judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetados em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Conforme descrito na nota 2.13, quando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável do ativo, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, o que leva a administração a adotar determinadas premissas para apurá-los. Mudanças futuras nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas a compensar no valor de R\$6.332 mil (R\$5.875 mil em 31 de dezembro de 2010). Esses prejuízos se referem a controladas e a controladora, que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

iii) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando

Notas Explicativas

técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios.

4. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, o montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM no. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas Explicativas

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas informações trimestrais:

Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	143.047	123.451	143.047	123.937
Títulos e valores mobiliários	128.793	97.035	128.793	96.549
Contas a receber de clientes	60.943	97.692	60.943	97.692
Tributos a recuperar	45.208	54.236	45.208	54.236
Total:	377.991	372.414	377.991	372.414
Passivos financeiros				
Fornecedores	66.716	31.251	66.716	31.251
Empréstimos e financiamentos	429.376	445.908	428.999	447.893
Debêntures	62.210	69.963	63.220	71.035
Tributos a recolher	9.571	12.079	9.571	12.079
Total:	567.873	559.201	568.506	562.258

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se dos valores de seus valores de realização grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração a valor justo--Continuação

- *Derivativos*: são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Consolidado				
	30 de junho de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	143.047	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	128.793	X	-	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	429.376	-	X	-
Debêntures	62.210	-	X	-

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração e também por profissionais externos.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbe negociações especulativas e vendas a descoberto.

- (i) *Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

- (ii) *Risco de liquidez*: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(iii) *Riscos de mercado*:

- Risco com taxa de juros : O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
- Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desta forma, a política de gestão de riscos e caixa da Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de minimizar essa exposição cambial, considerando um horizonte de 12 meses.

A utilização de instrumentos financeiros mitiga a exposição cambial e obedecem as seguintes regras:

- . Todos instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

(iii) *Riscos de mercado*--Continuação

- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser protegido.

A Companhia entende também, que por meio da contratação de dívidas em moeda estrangeira está exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras. Portanto, a Companhia persegue a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes também por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes considera que todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais. A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com *rating* superior a AA-.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Consolidado			
	Regime de Competência			
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Direitos				
Títulos e valores mobiliários	18.588	15.684	29.017	26.133
Clientes	3.497	2.384	5.459	3.973
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	41.500	41.500	64.786	69.147
	63.585	59.568	99.262	99.253
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (ii)	190.023	177.959	296.646	296.516
Outras obrigações	1.503	1.476	2.346	2.459
Fornecedores	848	157	1.324	262
Exposição líquida	(128.789)	(120.024)	(201.054)	(199.984)

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

(iii) *Riscos de mercado*--Continuação

- (i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 5 e 6.
- ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$162.639 (R\$62.669 em 31 de dezembro de 2010) - Nota Explicativa 13, os quais serão quitados pelas futuras exportações de produtos da Companhia, não representando, portanto, futuros desembolsos de caixa.

d) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

- . Contratos de *swap* : São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação.
- . Dólar futuro : Instrumento utilizado para proteção *hedge* das obrigações expostas em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Derivativos--Continuação

		30.06.2011	31.12.2010
Valor Justo		Passivos	
Swaps	(1)	5.241	6.027
Compra de dólar futuro - (Nota Explicativa 6)	(2)	408	707

(1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas demonstrações financeiras líquidos do saldo de Capital de Giro.

(2) O valor nominal da compra de dólar futuro é de R\$41.500 em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia reconheceu na rubrica de "Despesas financeiras" perdas de R\$ 6.877 relacionados a contratos de hedge cambial (R\$ 674 em 30 de junho de 2010).

As operações de derivativos da Companhia na BM&F BOVESPA requerem margem inicial em garantia. A Companhia possuía, em 30 de junho de 2011, depósitos de margem de R\$11.869 relacionados a Títulos Públicos (LTN) (R\$9.815 em 31 de dezembro de 2010, relacionados a CDBs).

A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&F Bovespa, considerada como risco de contraparte aceito.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM no. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores e mobiliários e empréstimos captados em moeda estrangeira); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos, dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,39775% a.a., Dólar R\$1,5611 e CDI 12,15% a.a.

		Consolidado		
PASSIVOS	Riscos	Variação		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	(243.929)	(244.171)	(244.412)
Dívida em US\$	aumento do US\$	(296.646)	(370.807)	(444.968)
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	(88.791)	(136.325)	(139.920)
Total dos Passivos		(385.437)	(462.003)	(538.569)
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	143.047	139.172	135.298
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	40.177	39.089	38.001
Títulos e valores mobiliários	queda do US\$	29.017	21.763	14.509
Clientes	queda do US\$	5.459	4.094	2.729
Compra de US\$ futuro	queda do US\$	64.786	48.589	32.393
Total dos Ativos		282.486	252.707	222.930

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<i>Em moeda nacional</i>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,98% do CDI	16.472	33.238	54.578	66.584
Certificado de Depósito Bancário - CDB - over		-	-	-	-
Operações compromissadas	102,07% do CDI	17.559	17.797	43.928	36.330
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB		-	-	-	-
Operações compromissadas	100,0% do CDI	5.551	1.435	31.296	5.501
Outros	94,8% do CDI	588	396	3.316	1.519
Disponibilidade em conta-corrente		258	112	9.929	13.517
		40.428	52.978	143.047	123.451

6. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>Em moeda nacional</u>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB			-	-	2.668
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB	102,1% do CDI	3.477	2.213	19.600	8.487
Debêntures	CDI + 0,25%	344	261	1.938	1.002
Debêntures over	101,8% do CDI	3.306	-	18.639	-
Cotas de FIDC		-	125	-	481
Títulos públicos - LTN e LFT	100% da SELIC e pré fixada	9.734	14.094	54.873	54.041
BM&F	variável	(72)	(184)	(408)	(707)
Fundo Investimento Renda Fixa	variável	911	1.286	5.134	4.930
		17.700	17.795	99.776	70.902
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Time Deposit	VC + 1,01% a.a		-	24.269	21.211
Treasury Notes	VC + 2,94% a.a		-	4.748	2.852
Corporate Bonds			-	-	2.070
		-	-	29.017	26.133
Total		17.700	17.795	128.793	97.035

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
No Brasil	60.225	98.267
No Exterior	5.459	3.973
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.741)	(4.548)
	60.943	97.692

Notas Explicativas**7. Contas a receber de clientes-- Continuação**

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>4.548</u>
Complemento de provisão	888
Valores utilizados	(674)
Valores estornados e não utilizados	<u>(21)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>4.741</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.12.2010</u>
<i>A vencer</i>	<u>51.983</u>	<u>89.280</u>
<i>Títulos vencidos</i>		
de 1 a 30 dias	5.478	4.297
de 31 a 60 dias	999	1.222
de 61 a 90 dias	442	361
de 91 a 180 dias	1.775	1.297
de 181 a 360 dias	1.106	2.354
mais de 360	<u>3.901</u>	<u>3.429</u>
	<u>13.701</u>	<u>12.960</u>
Total:	<u>65.684</u>	<u>102.240</u>

Notas Explicativas

8. Estoques

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Produtos acabados	22.705	23.944
Produtos em processo	16.108	15.691
Matérias-primas	51.554	54.907
Materiais auxiliares	13.235	14.032
Provisão para perdas no estoque	(739)	(876)
	102.863	107.698

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	-	-	13.860	14.145
Crédito presumido de IPI	-	-	796	796
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.449	1.367	2.750	7.371
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (ii)	(73)	-	13.481	13.210
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	582	-	1.535	306
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	4.529	5.595
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (iii)	134	-	3.059	6.610
Programa de Integração Social - PIS (iii)	29	-	4.072	5.077
Outros	-	-	1.126	1.126
	2.121	1.367	45.208	54.236
Circulante	(2.121)	(1.367)	(38.442)	(47.484)
Não circulante	-	-	6.766	6.752

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º DE 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(ii) O saldo de IPI no Consolidado é decorrente, principalmente, do crédito prêmio de IPI (vide Nota Explicativa 18) e créditos sobre compra de insumos utilizados na fabricação de produtos.

(iii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

10. Investimento

10.1. Investimentos em Controladas

	30.06.2011				31.12.2010			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	753.936	538.902	215.034	(1.278)	747.738	531.635	216.103	20.407
Mangels Galvanização Ltda.	-	-	-	320	9.470	4.949	4.521	1.152
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	41.337	20.391	20.946	8.343	42.237	19.756	22.482	12.623
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	91	76	15	(4)
Maxitrade S.A.	-	-	-	-	4.355	4	4.351	1.704
Mangels International Corporation	17.823	-	17.823	111	18.904	-	18.904	302
Recman Comercial e Administradora Ltda.	-	-	-	-	5.112	471	4.641	1.755
Mangels USA Corporation	(2.125)	23	(2.148)	(15)	(2.217)	60	(2.276)	(30)
Superfície Ltda.	24.290	3.910	20.380	845	22.699	4.058	18.641	512
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	2.126	873	1.253	192	1.899	838	1.061	523
	837.387	564.099	273.288	8.518	850.288	561.847	288.443	38.944

Notas Explicativas

10.2 Informações sobre os investimentos

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Em 31 de dezembro de 2010					
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	14.621	100,00	-	216.103	20.407
Laminação Baukus Ltda.	2.073	100,00	-	15	(4)
Maxitrade S.A.	15.991	100,00	-	4.351	1.704
Mangels Galvanização Ltda.	514	97,92	2,08	4.521	1.152
Em 30 de junho de 2011					
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	14.982	100,00	-	215.044	(1.278)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	20.946	8.343
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	1.253	192

10.3 Movimentação dos investimentos

	Controladora					
	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Laminação Baukus Ltda.	Maxitrade S.A.	Mangels Galvanização Ltda.	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	E.Koga Ltda.
Saldo em 31 de dezembro de 2010	211.271	15	4.351	4.428	-	-
Equivalência patrimonial	(1.278)	-	-	267	8.343	192
Compra das quotas MIEL e Mangels Galvanização Ltda. (i)	4.831	-	-	-	-	-
Transferências de Investimentos (ii)	4.315	(15)	(4.351)	51	-	-
Incorp. da Mangels Galvanização Ltda. e Div. Galvanização da MIEL (iii)	(4.095)	-	-	(4.746)	-	-
Transferência da Mangels Componentes da Amazônia (iv)	-	-	-	-	12.603	-
Compra das quotas da E.Koga Ltda.	-	-	-	-	-	1.061
Saldo em 30 de junho de 2011	215.044	-	-	-	20.946	1.253

- (i) No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controladora Mangels Industrial S.A, comprou as quotas da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. que estavam em poder da Recman Comercial e Administradora Ltda, no montante de R\$ 4.831, passando a participação da Companhia na Mangels Indústria e Comércio Ltda de 97,76% para 100%.
- (ii) Durante o segundo trimestre de 2011, os sócios aprovaram transferências de investimentos pelo valor patrimonial, resultando em um aumento líquido na Mangels Indústria e Comércio Ltda. no montante de R\$ 4.315, referente a incorporação da Laminação Baukus Ltda., que por sua vez, incorporou a Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda. e Mangels Rodas Ltda.
- (iii) Em 29 de abril de 2011, os sócios aprovaram a redução de capital da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., mediante ao cancelamento de 409.485 quotas representativas do capital social de titularidade da controladora, no valor de R\$ 4.095, referente a cisão parcial da Mangels Indústria e Comércio Ltda. - Unidade de Galvanização, com Incorporação do Acervo Líquido Cindido pela Mangels Industrial S.A. Ainda em 29 de Abril de 2011, a Mangels Industrial S.A. incorporou o acervo líquido da Mangels Galvanização Ltda.
- (iv) Em 19 de maio de 2011, a controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., vendeu a totalidade de quotas representativas do capital da Mangels Componentes da Amazônia para a controlada Mangels Industrial S.A. pelo preço estabelecido de R\$ 12.603.
- (v) Em 19 de maio de 2011, a Mangels Industrial S.A. adquiriu as quotas de participação da E.Koga Ltda. da Superfície Ltda. pelo preço estabelecido de R\$ 1.061.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

11.1 Movimentação do imobilizado

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.675	47.052	182.352	2.006	3.313	118	56.723	1.408	315.647
Aquisição	-	221	550	-	-	-	6.961	538	8.270
Baixas	-	-	(61)	(290)	(156)	-	-	(1.445)	(1.952)
Transferência de andamento para imobilizado	-	-	21.363	286	15	-	(21.664)	-	-
Depreciação	-	(250)	(4.922)	(29)	(144)	-	-	-	(5.345)
Saldo em 31 de março de 2011	22.675	47.023	199.282	1.973	3.028	118	42.020	501	316.620
Aquisição	-	-	2	29	5	-	10.651	464	11.151
Baixas	(500)	-	(517)	(139)	(4)	-	(101)	(633)	(1.894)
Transferência de andamento para imobilizado	-	-	6.561	443	78	-	(7.082)	-	-
Depreciação	-	(334)	(5.198)	(145)	(155)	-	-	-	(5.832)
Saldo em 30 de junho de 2011	22.175	46.689	200.130	2.161	2.952	118	45.488	332	320.045
Custo total	22.175	74.948	404.923	2.852	16.641	118	45.488	332	567.477
Depreciação acumulada	-	(28.259)	(204.793)	(691)	(13.689)	-	-	-	(247.432)
Valor residual	22.175	46.689	200.130	2.161	2.952	118	45.488	332	320.045
Taxa anual média de depreciação %									
		3	2,7 a 25,0	20	3,7 a 25,0				

O saldo do ativo imobilizado inclui reavaliações de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 30 de junho de 2011, o saldo líquido dos bens reavaliados é de R\$49.126 (R\$ 50.176 em 31 de dezembro de 2010), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$30.972 (R\$ 30.029 em 31 de dezembro de 2010).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Lucros acumulados" e totalizou, no semestre findo em 30 de junho de 2011 R\$677 (R\$815 em 30 de junho de 2010).

As obras em andamento correspondem a investimentos que estão sendo realizados pela Companhia para aumento de produtividade e redução de custos, modernizando suas linhas de produção com novos equipamentos, mais eficientes e econômicos, principalmente na Divisão Aços que está ampliando a sua planta fabril.

Neste segundo trimestre foram capitalizados R\$4,2 milhões referentes a adequações das instalações externas e ajustes na da linha de corte, R\$ 0,8 milhões referentes a reforma no laminador.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Consolidado					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	591	3.963	153	13.598	18.305
Aquisição	-	-	-	-	-
Baixas	-	(118)	-	-	(118)
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(31)	(300)	(8)	-	(339)
Saldo em 31 de março de 2011	560	3.545	145	13.598	17.848
Aquisição	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(32)	(295)	(8)	-	(335)
Saldo em 30 de junho de 2011	528	3.250	137	13.598	17.513
Custo Total	633	9.200	158	13.598	23.589
Amortização	(105)	(5.950)	(21)	-	(6.076)
Valor residual	528	3.250	137	13.598	17.513

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média anual de juros - % a.a.	30.06.2011	Consolidado 31.12.2010
Moeda Nacional			
BNDES / Máquinas/ PSI / EXIM	4,83% a.a.	93.342	94.495
Capital de Giro (CEF / NCE BB)	120% do CDI	25.069	39.551
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	12.807	13.448
Arrendamento Mercantil (Nota 13)	CDI + 0,28% a.m.	1.512	1.898
		132.730	149.392
Moeda Estrangeira			
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor semestral + 4,70% a.a.	162.639	142.945
Capital de giro / Finimp	4,77% a.a.	52.717	58.514
DEG/FMO	Libor semestral + 4,60% a.a.	81.290	95.057
		296.646	296.516
		429.376	445.908
Circulante		(135.833)	(124.618)
Não Circulante		293.543	321.290

Os financiamentos obtidos do BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo, cujo valor total é de R\$ 84,4 milhões. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigação contratual do empréstimo contratado junto ao DEG/FMO, a Companhia deve atender trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia estava adimplente com essas obrigações contratuais. As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Ano	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
2012	46.307	131.469
2013	123.330	117.571
2014	47.992	27.471
2015	43.474	22.703
2016	25.224	14.861
2017	1.820	1.820
2018	1.762	1.773
2019	1.739	1.728
2020	1.281	1.281
2021	614	613
	<u>293.543</u>	<u>321.290</u>

14. Debêntures

							Controladora e Consolidado		
							30.06.2011		
	Indexador	Juros	Circulante	Não Circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar	Total Circulante	Total Não Circulante
Debêntures	Taxa DI	999	15.543	46.667	(1.282)	271	(1.011)	(264)	(748)

							Controladora e Consolidado		
							31.12.2010		
	Indexador	Juros	Circulante	Não Circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar	Total Circulante	Total Não Circulante
Debêntures	Taxa DI	921	15.519	54.444	(1.072)	143	(929)	(124)	(805)

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Séries: 70 (setenta) Debêntures, em série única. ; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Indústria e Comércio Ltda., até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

No acumulado de seis meses, foi amortizado do valor do principal R\$ 7.778 milhões.

Como obrigação a contratação da Debêntures, a Companhia deve atender

Notas Explicativas

trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia estava adimplente com essas obrigações contratuais.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
2012	7.777	15.554
2013	15.554	15.554
2014	15.554	15.554
2015	7.782	7.782
	46.667	54.444

15. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Consolidado		Consolidado	
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Tributárias	2.543	2.914	-	471
Trabalhistas e previdenciárias	4.224	4.423	2.641	2.686
Outras	1.501	1.568	2.566	2.584
	8.268	8.905	5.207	5.741

Notas Explicativas

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	471	2.686	2.584	5.741
Adições	-	39	-	39
Baixas	-	(70)	-	(70)
Saldo em 31 de Março de 2011	471	2.655	2.584	5.710
Adições	-	-	-	-
Baixas	(471)	(14)	(18)	(503)
Saldo em 30 de Junho de 2011	-	2.641	2.566	5.207

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	748	2.775	3.523
Adições	-	314	-	314
Baixas	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de Março de 2010	-	1.058	2.775	3.833
Adições	471	2.119	-	2.590
Baixas	-	(1.133)	-	(1.133)
Saldo em 30 de Junho de 2010	471	2.044	2.775	5.290

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- **Tributárias:** Refere-se à provisão para demanda relacionada à compensação integral de Imposto de Renda e Contribuição Social na controlada indireta Recman Comercial e Administradora Ltda.
- **Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, equiparação salarial e outros;
- **Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

Notas Explicativas

(a) Tributárias

- i) COFINS - compensação de PIS calculados na forma dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2449 de 1988 (PIS Semestralidade) com COFINS - refere-se a valores considerados como compensações indevidas e inscrito na dívida ativa da União em janeiro de 2008, no montante de R\$6,3 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.
- ii) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.
- iii) ICMS – refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$5,3 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.
- iv) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$2,9 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.
- v) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 3,8 milhões, atualizado até 30 de junho de 2010.

(b) Previdenciárias

INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas. Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,1 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.

(c) Cíveis

A sociedade é parte em 3 ações cíveis, entre as quais 2 no âmbito da justiça cível e 1 na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,6 milhões, atualizado até 30 de junho de 2011.

d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades

Notas Explicativas

por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

16. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações no trimestre findo em 30.06.2011

	30.06.2011				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Mangels Industria e Comercio Ltda.	-	-	5	3.115	(11)
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	-
Recman Ltda.	-	-	-	-	-
Mangels International corporation	-	-	-	-	-
Mangels USA	5	-	-	-	-
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	-	-	-	63	-
Superfície Ltda.	-	-	1.000 (2)	-	-
E.Koga Ltda.	1.000 (2)	-	-	-	-
Mangels Galvanização Ltda.	-	-	-	-	-
	1.005	-	1.005	3.178	(11)
Com empresas não consolidadas					
Mangels S.A.	-	-	-	-	-
Tecnopar S.A.	-	21	-	-	-
Shorewood S.A.	-	-	-	-	-
	-	21	-	-	-

Saldos patrimoniais no exercício findo em 31.12.2010 e transações no semestre findo em 30.06.2010

	31.12.2010				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Mangels Industria e Comercio Ltda.	131 (1)	-	1.272 (3)	-	(13)
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	-
Recman Ltda.	101	-	-	-	-
Mangels International corporation	-	-	-	-	-
Mangels USA	5	-	60	-	-
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	126	-	126 (1)	-	-
Superfície Ltda.	2	-	1.002 (2)	-	-
E.Koga Ltda.	1.000 (2)	-	-	-	-
Mangels Galvanização Ltda.	1.195 (3)	-	100	-	-
	2.560	-	2.560	-	(13)
Com empresas não consolidadas					
Mangels S.A.	-	-	-	280	-
Tecnopar S.A.	-	-	-	5	-
Shorewood S.A.	-	-	-	-	-
	-	-	-	285	-

(1) Refere-se principalmente a operação comercial de venda de aço da Mangels Indústria e Comércio Ltda. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) Refere-se principalmente a dívidas de ex-sócios adquiridas, com a compra das quotas representativas de 100% da E.koga.

(3) Refere-se a operações de aluguel de equipamentos de infra-estrutura da Mangels Galvanização para Mangels Indústria e Comércio Ltda.

Todas as movimentações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

Notas Explicativas

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$7.800 conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011. A remuneração paga durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	1.597	1.807
Planos de aposentadoria e pensão (i)	(183)	(7)
Outros benefícios	584	170
	<u>1.998</u>	<u>1.970</u>

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.7, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

17. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Aços:** Instalada em São Bernardo do Campo (SP), a Divisão Aços é responsável pela produção de tiras relaminadas de aço de baixo, médio e alto teor de carbono para as mais diversas aplicações. Possui também, um Centro de Serviços de Aços (CSA), prestando serviços de decapagem, aplainamento e corte.
- **Rodas:** Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Cilindros:** também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR)
- **Galvanização:** com planta em Guarulhos (SP), é responsável pela fabricação e tratamento de defensas metálicas para rodovias, produção de pisos industriais e oferece serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço.

Notas Explicativas

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 30 de junho de 2011 esta apresentado a seguir:

	30.06.2011					
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	451.295	183.830	134.053	54.705	34.184	858.067

	31.12.2010					
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	434.808	171.725	111.624	55.108	83.546	856.811

Divisão Aços

R\$ milhões	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011	1ºT10	2ºT10	1º Sem 2010
Receita Bruta	100,8	101,3	202,1	93,3	105,8	199,1
Receita Líquida	76,8	73,3	150,1	69,6	79,7	149,3
Mercado Interno	74,7	70,2	144,9	68,6	78,0	146,6
Mercado Externo	2,1	3,1	5,2	1,0	1,7	2,7
CPV	(68,5)	(69,3)	(137,8)	(61,4)	(67,2)	(128,6)
Lucro Bruto	8,3	4,0	12,3	8,2	12,5	20,7
Margem Bruta	10,8%	5,5%	8,2%	11,8%	15,7%	13,9%

Divisão Rodas

R\$ milhões	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011	1ºT10	2ºT10	1º Sem 2010
Receita Bruta	77,0	80,2	157,2	71,6	86,0	157,6
Receita Líquida	60,9	63,8	124,7	56,9	69,5	126,4
Mercado Interno	56,2	54,9	111,1	50,9	59,5	110,4
Mercado Externo	4,7	8,9	13,6	5,9	9,6	15,5
CPV	(54,3)	(55,4)	(109,7)	(50,1)	(58,0)	(108,1)
Lucro Bruto	6,6	8,4	15,0	6,8	11,5	18,3
Margem Bruta	10,8%	13,1%	12,0%	12,0%	16,5%	14,5%

Divisão Cilindros

R\$ milhões	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011	1ºT10	2ºT10	1º Sem 2010
Receita Bruta	46,6	56,4	103,0	41,9	56,4	98,3
Receita Líquida	36,3	43,9	80,2	33,0	43,7	76,7
Mercado Interno	36,3	43,0	79,3	32,7	44,2	76,9
Mercado Externo	-	0,9	0,9	0,3	0,4	0,7
CPV	(31,3)	(37,2)	(68,5)	(27,4)	(34,8)	(62,2)
Lucro Bruto	5,0	6,7	11,7	5,6	8,9	14,5
Margem Bruta	14,0%	15,4%	14,6%	17,0%	20,4%	18,9%

Notas Explicativas**Unidade Galvanização**

<i>R\$ milhões</i>	1ºT11	2ºT11	1º Sem 2011	1ºT10	2ºT10	1º Sem 2010
Receita Bruta	11,0	12,2	23,2	13,2	14,9	28,1
Receita Líquida	8,7	9,6	18,3	10,5	11,9	22,4
<i>Mercado Interno</i>	8,7	9,6	18,3	10,5	11,9	22,4
CPV	(6,6)	(7,2)	(13,8)	(7,8)	(8,5)	(16,3)
Lucro Bruto	2,1	2,4	4,5	2,7	3,4	6,1
<i>Margem Bruta</i>	24,1%	25,0%	24,6%	25,7%	28,6%	27,2%

Informações Geográficas:*Receitas de clientes no exterior*

					Consolidado
					30.06.2011
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	TOTAL
Receita Líquida	150.122	124.712	80.201	18.270	373.305
Mercado Interno	144.881	111.092	79.297	18.270	353.540
Mercado Externo	5.241	13.620	903	-	19.765
Ásia	276	-	-	-	276
Europa	1.164	-	-	-	1.164
América do Norte	285	-	-	-	285
América do Sul e Central	3.515	13.620	903	-	18.038
					Consolidado
					30.06.2010
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	TOTAL
Receita Líquida	148.885	125.934	77.621	22.381	374.820
Mercado Interno	146.250	110.645	76.687	22.381	355.964
Mercado Externo	2.635	15.289	935	-	18.858
Ásia	239	-	-	-	239
Europa	1.022	-	-	-	1.022
América do Norte	439	-	-	-	439
América do Sul e Central	935	15.289	446	-	16.670

18. Outras receitas (despesas) operacionais

		Consolidado	
		30.06.2011	30.06.2010
Outras receitas operacionais			
Receita de impostos (extemporâneos)	(a)	42	10.159
Receita de venda de ativos		70	-
Resultado Mangels Galvanização		320	-
Outras receitas	(b)	4.847	-
		5.279	10.159
Total outras (despesas) receitas operacionais		5.279	10.159

(a) A Companhia registrou em 2010 o valor de R\$10,2 milhões referente ao Crédito-prêmio de IPI transferido para terceiros de maio a novembro de 2000, conforme mencionado na Nota Explicativa 9

Notas Explicativas

A Receita Federal do Brasil – RFB não homologou tal transferência, tendo sido a empresa compradora dos créditos autuada em 2003 e por consequência ter reconstituída sua escrita fiscal para estornar os créditos escriturados em função da cessão ocorrida.

A empresa compradora dos créditos da Companhia recorreu administrativamente da decisão da Receita Federal, porém em Novembro de 2009, a mesma desistiu do processo e procedeu ao pagamento do débito. A Companhia, por força do contrato de transferência, assumiu a responsabilidade pelo pagamento do referido débito transferido a compradora.

Sendo assim, a Companhia entendeu ser seu direito reconhecer esse crédito novamente em sua contabilidade, cuja transferência foi considerada ineficaz. No entanto, por medida de cautela a Companhia protocolou consulta na RFB, em 15 de outubro de 2010, sobre o direito de se creditar, em seu livro de Apuração e Registro de IPI, para compensação com futuros impostos a pagar. Até a data da emissão dessas informações trimestrais, a Receita Federal não havia se manifestado. A Companhia aguardará a manifestação oficial do Fisco para as devidas compensações que entende ser seu direito.

(b) Na rubrica de “outras receitas”, foi contabilizado, principalmente, valores de reversão de provisão de bônus, do exercício de 2011, devido a tendência de não atendimento de 100% das metas.

19. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes.

a) Conciliação do imposto de renda

O valor do imposto de renda (corrente) demonstrado no resultado apresenta a seguinte reconciliação em seu valor à alíquota nominal:

Imposto de renda corrente:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Lucro antes da tributação	4.742	4.407	9.286	7.203
Despesa de IR - 25%	(1.186)	(1.102)	(2.322)	(1.801)
Ajustes para obtenção alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	1.881	920	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(81)	(312)
Provisão estoque itens obsoletos	-	-	16	(83)
Provisão para imobilizado destinado a venda	-	-	-	1.054
Provisão p/créditos realização duvidosa	-	-	(1)	55
Provisão PLR			500	
Provisão Indedutível			259	
Outras adições (exclusões)	(697)	(106)	(739)	(1.363)
	1.184	814	(46)	(649)
Despesa de imposto de renda	(1)	(288)	(2.368)	(2.450)

Notas Explicativas

b) Conciliação da contribuição social

O valor da contribuição social (corrente), demonstrado no resultado apresenta a seguinte reconciliação em seu valor à alíquota nominal:

Contribuição social corrente:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Lucro antes da tributação	4.743	4.407	9.286	7.203
Despesa de CS - 9%	(427)	(397)	(836)	(648)
Ajustes para obtenção alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	677	331	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(29)	(112)
Provisão estoque itens obsoletos	-	-	(176)	(30)
Provisão de Imobilizado destinado a venda	-	-	353	380
Provisão p/créditos realização duvidosa	-	-	-	20
 Outras adições (exclusões)	 198	 (37)	 (172)	 (757)
	875	294	(23)	(498)
 Despesa de contribuição social	 448	 (103)	 (859)	 (1.146)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias.

c) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) *Tributos diferidos ativos:* Os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovados, descontadas a valor presente, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 237/98 e 271/02, conforme demonstrado a seguir:
- (ii) *Tributos diferidos passivo:* A controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. calculou tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais de imposto de renda a compensar	4.368	4.005	4.532	4.205
Bases negativas da contribuição social	1.672	1.542	1.800	1.670
Diferenças temporárias:				
Provisões para contingências fiscais	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.796	1.744
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	-	-	1.198	1.434
Provisão PIS - Lei nº 8.541/92	-	-	686	686
Provisões não dedutíveis	-	-	473	473
Provisão para perdas de itens obsoletos no estoque	-	-	321	270
Provisão participação nos lucros e resultado	-	-	463	2.142
Encargos de depreciação inovação tecnológica - Lei 11.196/05	-	-	(765)	(822)
Provisão para perdas de swap	-	-	(263)	(318)
Provisão para perdas em inventário	-	-	67	1
Outras adições	128	47	2.089	1.960
Total dos impostos e contribuições diferidos ativos	6.168	5.594	12.397	13.445

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
2011	1.098	1.149	4.595	4.983
2012	1.267	1.149	3.399	3.686
2013	1.267	1.149	1.468	1.592
2014	2.147	2.147	1.468	1.592
2015	389	-	1.467	1.592
	6.168	5.594	12.397	13.445

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas

d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Notas Explicativas

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia tem utilizado as prerrogativas definidas no RTT desde o exercício findo em 31/12/2008.

e) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/1007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

Em 30 de junho de 2011, foram apurados e reconhecidos R\$ 1.833 relativo a redução de imposto de renda (R\$1.166 em 30 de junho de 2010).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

30 de junho de 2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	2.858.000	25,64%	2.858.000	16,47%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	1.949.100	17,48%	1.949.100	11,23%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.687.074	33,07%	3.691.786	21,28%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31 de dezembro de 2010

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	2.260.000	20,27%	2.260.000	13,03%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	1.983.000	17,79%	1.983.000	11,43%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.972.168	17,69%	1.972.168	11,37%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.732.574	33,48%	3.737.286	21,54%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para lucros acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

21. Despesas por Natureza

Consolidado	30.06.2011	30.06.2010
Custos com mercadorias	210.953	206.862
Outros custos	71.933	75.941
Outras despesas e receitas	(5.086)	(10.044)
Despesas com pessoal	74.169	64.622
Depreciação e amortização	12.084	10.496
Despesa por natureza	364.053	347.877
Custo das mercadorias vendidas	329.970	315.138
Com vendas	16.046	16.932
Gerais e administrativas	21.318	23.096
Honorários da administração	1.998	1.970
Outras receitas operacionais	(5.279)	(9.259)
Despesa por função	364.053	347.877

Notas Explicativas

22. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010
Receita Bruta	485.502	483.056
Impostos e taxas sobre vendas	(112.197)	(108.236)
Receita Líquida	373.305	374.820

23. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 30 de junho de 2011, encontravam-se em circulação no mercado 4.704 ações ordinárias e 9.609.072 ações preferenciais representando 55,41% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 86,20% das ações preferenciais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**MANGELS INDUSTRIAL S.A.****OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES****30/06/2011**

1-) Atendendo ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos, a seguir, planilhas demonstrando posição acionária em 30 de junho de 2011 de todo aquele que detém mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física

Mangels Industrial SA

CNPJ - nº 61.065.298/0001-02

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
30 de junho de 2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	2.858.000	25,64%	2.858.000	16,47%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	1.949.100	17,48%	1.949.100	11,23%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
-	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.687.074	33,07%	3.691.786	21,28%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

Mangels S. A.

CNPJ - nº 50.604.750/0001-40

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Tecnopar Administradora S.A	5.133.792	100,000%	7.093.000	99,986%	12.226.792	99,992%
Robert Max Mangels	-	-	1.000	0,014%	1.000	0,008%
Total	5.133.792	100%	7.094.000	100%	12.227.792	100%

Tecnopar Administradora S.A.

CNPJ - nº 53.854.394/0001-01

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Anita Mangels	117.002.592	20,682%	-	0,000%	117.002.592	20,682%
Espólio José Adriano de Moura Chinellat	50.915.412	9,000%	-	0,000%	50.915.412	9,000%
Shorewood S.A.	397.808.796	70,318%	-	0,000%	397.808.796	70,318%
Total	565.726.800	100%	-	0%	565.726.800	100%

Shorewood S.A.

CNPJ - nº 05.629.235/0001-60

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Robert Max Mangels	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Mark Ross Mangels	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Susan Jane Mangels Cox	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Total	8.183.865	100%	-	0%	8.183.865	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

CNPJ - nº 00.383.281/0001-09

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E		100,000%	-	0,000%		100,000%
Total		100%	-	0%		100%

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

CNPJ - nº 33.657.248/0001-89

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
UNIÃO FEDERAL		100,000%	-	0,000%		100,000%
Total		100%	-	0%		100%

ITEM 2 - posição dos controladores e administradores

CNPJ - nº 61.065.298/0001-02

Mangels Industrial SA

Distribuição do Capital Social em 30/06/2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Controladores	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
Conselho de Administração	8	0,0%	84.502	0,76%	84.510	0,49%
Conselho Fiscal	0	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Diretores	-	0,0%	600	0,01%	600	0,00%
BNDESPar	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.704	0,08%	9.609.072	86,20%	9.613.776	55,41%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%
Ações em circulação	4.704	0,08%	9.609.072	86,20%	9.613.776	55,41%

Distribuição do Capital Social em 30/06/2010

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Controladores	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
Conselho de Administração	8	0,0%	56.452	0,51%	56.460	0,33%
Conselho Fiscal	0	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Diretores	-	0,0%	600	0,01%	600	0,00%
BNDESPar	-	0,0%	2.721.668	24,41%	2.721.668	15,69%
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.704	0,08%	8.369.022	75,07%	8.373.726	48,26%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%
Ações em circulação	4.704	0,08%	8.369.022	75,07%	8.373.726	48,26%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Mangels Industrial S.A.
São Paulo - SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Mangels Industrial S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador: CRC-1SP170652/O-1

Renata Carolina Borelli
Contadora: CRC-1SP238522/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou as informações Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes.